

ATA da 227ª Sessão do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seccão de Pernambuco, realizada no dia quatro do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e três.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade do Recife, em a sala de reuniões desta seccão da Ordem dos Advogados do Brasil, pelas dezessis horas, teve lugar uma sessão ordinária do Conselho da mesma Ordem, com a presença dos seguintes Conselheiros: José Cavalcanti Neves, Alberto José de Melo, Carlos Martins Moreira, Antônio Baltar Vieira de Melo, Augusto de Souza Duque, Eduardo Collier, Luiz Rafael Mayer, João Pinheiro Bins, Antônio Geraldo Guedes, José Barreiros Azeite, Ernaldo Valença, Pedro Lima, Pinto Ferreira, Luiz de Franca José Bezerra, Adalberto Tabosa de Almeida e Relógio Silveira. Aberta a sessão, ocupando-a, respectivamente, a Presidência, 1ª e 2ª secretarias os Conselheiros José Cavalcanti Neves, Antônio Geraldo Guedes e Relógio Silveira, foi lida a Ata da sessão anterior, aprovada unanimemente. Em seguida fizeram uso da palavra, justificando as suas faltas a sessões anteriores os Conselheiros Pinto Ferreira, Ernaldo Valença, Eduardo Collier e Luiz Rafael Mayer, os dois primeiros as duas sessões anteriores e os dois últimos, a última. Com a palavra o Conselheiro Luiz de Franca José Bezerra se reportou ao recente falecimento, na cidade de Macaé, do doutor Baltazar Mendonça. Após ter várias considerações em torno da pessoa do falecido, particularmente quanto à sua atuação como advogado e homem público, propoz fosse lançada em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento, voto que foi adotado unanimemente, com um aditivo do seu presidente no sentido de se dar conhecimento por telegrama, dessa deliberação.

32

beração, aos advogados Fernando e Gentil Mendonça, fi-
lhos do extinto. Do expediente emitem uma comunica-
ção do Conselho Geral Emerencial, de que estaria
anexo do Estado entre sete e vinte e um de setembro, par-
ticipando do V Congresso de Jornalistas, na cidade de
Paraná, e um ofício do Dr. Juiz Corregedor das Comar-
cas do interior, representando contra o provisionado
Alípio Bezerra Cavalcanti, domiciliado na cidade dos Reis
aos o qual, segundo a representação, adota o processo
de reter em seu poder, indefinidamente, processos em
curso. A comunicação do Conselho Geral Emerencial
foi mandada anotar e arquivar. e o ofício do Dr.
Juiz Corregedor foi remetido à Comissão de Disciplina.
Antes de entrar na Ordem do Dia o senhor Presidente subme-
teu ao Conselho uma questão de ordem, qual seja
a de se deveria ou não exigir a nova documentação
dos advogados inscritos provisoriamente, quando
essa inscrição caducasse e se deveria proceder a nova
inscrição. O Conselho, por maioria deliberou ainda
exigir a atualização das certidões negativas, ex-
clusivamente. Em continuação foi aprovada a ins-
crição no quadro de advogados, do Nacional Nabzi
Gutubli de Sampeiro, até então inscrito provisoriamente.
Do mesmo modo foi definida a inscrição provisó-
ria, no quadro de advogados, de Manoel Pereira do
Marrimento, sem qualquer impedimento contra
a Fazenda Pública. Também foi apreciado um
ofício do advogado Wandellba Wandery, pedindo
seguir via de cartoria e cobrando quais os seus
impedimentos, na qualidade de procurador da Câmara
Municipal do Recife. Foi mandada fornecer a seguinte
via de cartoria pretendida esclarecendo que os impedimentos
diziam respeito, tão somente, à Fazenda Pública Mu-

municipal. Foi promovida por mais 180 dias as
 insinuações provisórias de Rubem Dutra Reis e Leôncio
 Rubinsky. No processo de transformação em defi-
 nitiva da municipal provisória de Hílio Machado
 Silva foi mandado requiescer o interessado nova
 municipal. Em processo idêntico, de interesse de
 Epitácio Martins Gomes, foi determinado fizesse
 o mesmo a sua categoria de idêntica. Finalmente,
 no quadro de solicitadores, foi concedida insinua-
 ção a Yago Mendes Bagen, sem impedimento
 contra a Fazenda Pública. Em seguida o Conselho
 continuou a votação, interrompida na sessão
 anterior, da proposta da Comissão de Assistência
 Judiciária, proposta toda ela já aprovada, exceto
 do único do último artigo, referente à percepção,
 pelos advogados de ofício, de honorários naquelas
 ações em que houvesse condenação. O assunto
 suscitou vivos debates sendo, afinal, aprovada,
 contra os votos dos Conselheiros Pedro Lima, José Ban-
 teiro Acioli e Plágio Silveira, uma sugestão
 de serem os honorários divididos entre todos os advo-
 gados de ofício, inclusive entre os que funcionam jul-
 gar vara criminal. Absteve-se de votar, por ser ad-
 vogado de ofício, o conselheiro Augusto Dique.
 Foi proposta do Presidente também se inclua uma
 indicação no sentido da criação de um Cartório
 privativo dos feitos de Assistência Judiciária onde
 sobre o assunto usou da palavra o conselheiro
 Tabosa de Almeida, referindo-se à sua atuação
 na Assembleia Legislativa do Estado, pela criação
 do mencionado Cartório. Com a palavra o conselhei-
 ro José Banteiro Acioli sugeriu que o Conselho apelas-
 se para o Governador do Estado, a fim de que este



aumentasse, no orçamento, a rubrica destinada ao paga-
 mento das condenações do Estado, isto é, do valor das sen-
 tenças judiciais em que o Estado fosse conde-
 nado. A matéria foi oralmente relatada pelo conselheiro
 Rafael Mayer sendo afinal adotada, com modifica-
 ções, no sentido de o apelo ser feito aos três poderes,
 para um depósito não menor de 20%. Em seguida o se-
 nhor Presidente relatou as medidas que havia tomado junto à
 Auditoria Militar do Estado, em relação ao processo a que ali
 respondia o jornalista Dias da Silva, que é suscitado nos qua-
 dros desta Ordem e junto à Secretaria de Segurança Pública
 e o Governo do Estado, no caso da prisão ilegal do advogado
 Gibrardo Coelho. O advogado Dias da Silva estava sendo pro-
 cessado por acusação de crime contra as instituições militares,
 e isso pelo fato de haver escrito um artigo em torno do es-
 tupramento de menor por um soldado da Rádio Sotúbia. No decor-
 rer do processo o advogado em apreço estava sendo compelido
 a comparecer à Força Policial do Estado, para ser identificado,
 e isso sem comunicação prévia e sob ameaça. A intervenção
 do senhor Presidente não somente evitou se consumasse a vio-
 lência, mas ainda determinou a impetração de um habeas
 corpus, para anular o processo. O Conselho aprovou as medi-
 das tomadas e, por proposta do conselheiro Salgão Silveira,
 mandou oficiar ao Sr. Auditor Militar dando conta
 dessa aprovação e lavrando o seu protesto. O advogado
 Gibrardo Coelho foi preso em seu escritório, por ordem do
 Secretário de Segurança Pública e transferido para um dos
 comissariados da Capital. Procurado pelo senhor Presidente
 o Secretário de Segurança se recusou a libertar o advo-
 gado em apreço, que ficou assim detido das 10 as
 17 horas do mesmo dia, quando foi solto por interven-
 ção direta da Governadora do Estado. Por proposta do con-
 selheiro Salgão Silveira o Conselho, por unanimidade, mandou

officiar ao sr. Governador do Estado, protestando contra a
 prisão ilegal e pedindo a punição dos culpados, contra o
 voto do autor da proposta, que opinava dever-se-lhe pe-
 dir a constituição de comissão de inquérito presidida
 por autoridade judiciária. Também deliberou o Conselho
 levar esse protesto ao conhecimento do Conselho Federal
 de Ordem dos Advogados e ao Presidente do Tribunal de Jus-
 tica do Estado, e fazer publicar o officio na imprensa
 desta cidade. Em continuacão o senhor Presidente informou
 que a renda desta sessão da Ordem, no mês de agosto, se
 elevava a cinquenta e dois mil cruzados (R\$ 52.000,00), ha-
 vendo em caixa um saldo de setenta e sete mil cruzados
 (R\$ 77.000,00). Esse acréscimo de renda resultaria da co-
 brança de anuidades, em que muito se superbaram
 os funcionários da secretaria, pelo que propunha
 lhes fosse attribuida uma gratificação, nas seguintes
 bases: ao dr. Amaro Câmara: R\$ 500,00 (quinhentos
 cruzados); ao dr. Antônio Bezerra, R\$ 1.000,00 (um
 mil cruzados); a Carlos Dias, R\$ 500,00 (quinhentos
 cruzados) e a João de Souza R\$ 300,00 (trezentos
 cruzados). Com a palavra o conselheiro Tabosa de
 Almeida fosse attribuida uma gratificação equivalente
 ao duplo do valor proposto, manifestando-se o conse-
 lheiro José Benício Acioli pela não concessão de
 gratificação. Foi, afinal, aprovada a proposta da
 Presidência e concedida, assim, a gratificação. Nada
 mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, do que, para
 constar, eu, Celso Silveira, segundo secretario,
 lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelo se-
 nhor Presidente.

Assinado com emenda.

Augusto Nery e
 Juri Canaleanti e Nery